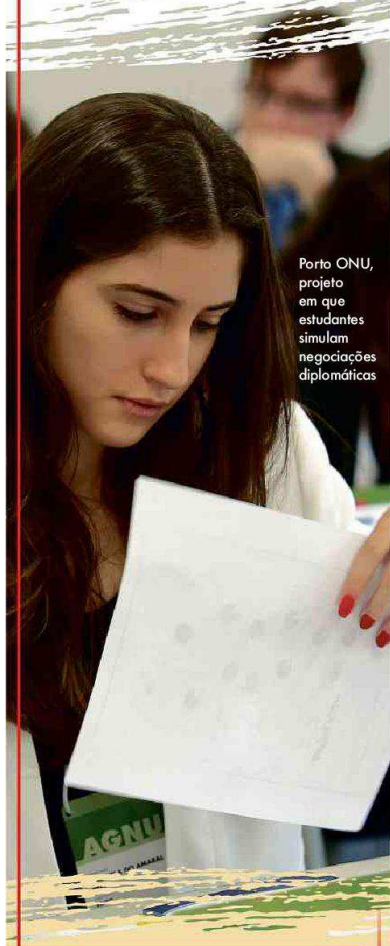


poder

Gabriela
vê
arte nas
relações
internacionais



Porto ONU,
projeto
em que
estudantes
simulam
negociações
diplomáticas

Hoje, Gabriela aprende a discutir questões globais porque amanhã ela verá um mundo onde a diversidade cultural renoverá as fronteiras sociais e políticas.

Os vários talentos de cada estudante encontram aqui espaço para se desenvolverem. Olhar para a geopolítica nos faz enxergar novos aprendizados. Olhar para cada estudante nos faz criar novos caminhos para o seu futuro.

COLÉGIO VISCONDE DE
Porto Seguro
140 ANOS
MÚLTIPLOS TALENTOS
INSPIRANDO FUTUROS ÚNICOS



Eduardo Villas Bôas Bolsonaro não é volta dos militares, mas há o risco de politização de quartéis

Comandante do Exército afirma que eleito é mais político do que militar e diz que agiu 'no limite' quando tuitou sobre Lula no STF

ENTREVISTA

Igor Gielow

BRASÍLIA O Exército está preocupado com o risco de politização dos quartéis na esteira da eleição do capitão reformado Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência. Seu comandante, general Eduardo Villas Bôas, quer estabelecer uma linha divisória entre instituição e governo.

"A imagem dele como militar vem de fora. Ele é muito mais um político. Estamos tratando com muito cuidado dessa interpretação de que a eleição dele representa uma volta dos militares ao poder. Absolutamente não é", disse, em entrevista à Folha no Quartel-General do Exército.

O militar, que completou 67 anos na quarta (7), falou sobre a "inevitável associação" entre Exército e o novo governo e sobre a possibilidade de "ideias serem personalizadas" nos quartéis — um eufemismo para que bra de hierarquia.

Considera o risco baixo, mas diz estar atento. Descarta riscos à democracia pelo voluntarismo do presidente eleito. Villas Bôas revisita o turbulento período político de seu comando, iniciado em 2015, e diz ter agido "no limite" quando publicou no Twitter mensagens na véspera do julgamento de habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 3 de abril.

Ali, sua "preocupação com a impunidade" foi vista como ameaça velada ao STF, o que nega. Hoje, o general considera o saldo do episódio positivo. Fragilizado fisicamente por uma doença degenerativa do

neurônio motor, ele falou de forma pausada e com auxílio de respirador por mais de uma hora. Deixará o comando, assim como os chefes das outras Forças, com o novo governo. Faz considerações sobre o papel dos militares na segurança pública, para ele agora "segurança nacional", dada a gravidade da situação. "Vai ter de participar", disse.

*

O sr. esteve com o presidente na terça (6). Como foi a conversa? Era mais uma visita de cortesia. Tivemos uns dez minutos de conversas específicas. Aqui no Exército será alguém da turma dele, e os quatro generais mais antigos são da turma dele. Sugeri que colocasse um civil na Defesa. Com o ministério com tantos militares, teria um equilíbrio interessante. Mas ele insistiu que fosse um oficial-general de quatro estrelas.

Eu sugeri que o general [da reserva Augusto] Heleno fosse para o GSI [Gabinete de Segurança Institucional], e ele já estava com essa ideia na cabeça. Daí falamos um pouco sobre política externa, questioneei quem eles tinham em mente para o Itamaraty. Achei curioso, eles estavam em um nível bem superficial, com vários nomes, inclusive de pessoas que eles não conheciam e estavam prospectando.

Senti que em alguns setores eles estão com a coisa bem definida, e em outros, ao contrário, estão tateando.

Bolsonaro é o primeiro militar eleito pelo voto direto desde 1945, é o primeiro no poder desde o fim da ditadura. Co-

mo o Exército vê um membro de seus quadros hoje na Presidência? A imagem de Bolsonaro como militar é uma imagem que vem de fora. Ele saiu do Exército em 1988. Ele é muito mais um político.

Ele foi muito hábil quando saiu para se candidatar a vereador, passou a gravitar em torno dos quartéis, explorando questões que diziam ao dia a dia dos militares. Ele nunca se envolveu com questões estruturais da defesa do país. Mas aí criou-se essa imagem de que ele é um militar.

Estamos tratando com muito cuidado essa interpretação de que a eleição dele representa uma volta dos militares ao poder. Absolutamente não é. Alguns militares foram eleitos, outros fazem parte da equipe dele, mas institucionalmente há uma separação. E nós estamos trabalhando com muita ênfase para caracterizar isso, porque queremos evitar que a política entre novamente nos quartéis.

Arigor, desde 1977 [quando Ernesto Geisel demitiu o ministro do Exército, enquadrando a linha dura] ela está fora. Isso para nós é essencial.

Você identifica algum risco de isso acontecer? Uma coisa é o ambiente aqui, entre oficiais de quatro estrelas, mas o risco não é maior lá embaixo, de haver uma empolgação com a persona militarista do presidente? Hoje as Forças Armadas estão muito afastadas das questões políticas no dia a dia. Mas não há dúvida de que há um risco de ideias serem personalizadas. De um fulano trabalhar por aumen-

+
Raio-X
Eduardo
Villas Bôas

Nascimento
Cruz Alta
(RS), em 1951
(67 anos)

Função
Comandante
do Exército

Carreira
Desde 1967
na Força, é
general-de-
exército (quatro
estrelas, topo da
hierarquia). Foi
comandante
militar da
Amazônia e
comandante
de Operações
Terras.
Comanda
o Exército
desde 2015,
quando era o
terceiro mais
antigo na linha
sucessória. É
casado e pai
de três filhos



Comandante Eduardo Villas Bôas em evento do Exército, em abril
Evarista Sá/APP

tos de salários. Sempre há o risco de que esses interesses pessoais venham a penetrar na Força, e gerar alguma polarização. Mas vemos como um risco sério. De qualquer forma, há uma preocupação em se evitar isso.

O presidente tem essa persona militar e seu entorno é cheio de militares. A associação com o Exército é inevitável, não? É inevitável. Até porque a população de certa forma estava pedindo isso. Houve uma pesquisa recente que perguntou se a população era a favor de uma intervenção militar. Deu um índice de 45%. Eu não via nada de ideológico nisso, esquerda ou direita, é mais uma reclamação sobre a questão dos valores. As Forças Armadas são consideradas um repositório de valores mais conservadores. Havia essa demanda por parte da população, então é de coerência natural essa interpretação de que há uma volta de militares ao poder.

Assessores de Bolsonaro creem que o ensino sobre 1964 é enviesado. O próprio Bolsonaro elogiou várias vezes a ditadura, tem o [antigo chefe do centro de tortura DOI-Codi] Brilhante Ustra como herói. O sr. acha que um movimento de reanálise de 1964 neste governo seria incômodo para o Exército? Não digo incômodo, mas acho não produtivo. Em relação a 1964, muitos protagonistas estão vivos. Então, não há perspectiva histórica isenta possível.

Por outro lado, o Brasil dos anos 1930 a 1980 foi o país do mundo ocidental que mais cresceu. Tinhamos uma ideologia de desenvolvimento, um sentido de grandeza, de projeto. O país perdeu isso, está meio à deriva. Estamos carecendo desse foco. A gente não tem uma política externa definida. Seria importante que se discutisse de forma prospectiva, de ter um sentido mínimo de coesão.

Olhar para trás impede que a gente conviva. É ridículo. De 1964 para cá, se passaram 54 anos. Imagine se em 1954 estivessem discutindo 1900. Não acho que devemos jogar para baixo do tapete. Até a Comissão da Verdade foi um desserviço nesse sentido.

Fiquei com a sensação de que a eleição do Bolsonaro liberou uma energia, algum nacionalismo que estava latente e que não podia ser expresso. Só podia haver nacio-

nalismo de Copa do Mundo, seleção brasileira. Nesse sentido, acho a eleição positiva.

Desde que o presidente foi eleito, ele tem buscado fazer gestos simbólicos de deferência à Constituição e à democracia. Ao mesmo tempo, ele tem feito ameaças explícitas a órgãos de imprensa, como este jornal e outros, que não falem o que ele considera ser a verdade. Aliás, ele sempre fala em verdade... Uma coisa meio messiânica, né?

Isso. Mas enfim, é compatível a defesa da democracia e esses chutes na canela de instituições que fazem parte da democracia? Acho que, se nós olharmos da perspectiva dele, esse é um marketing que ele faz em torno de si, que explora. Eu não creio que ele vá materializar isso a ponto de ameaçar o funcionamento das instituições. O país está amadurecido, tem um sistema de freios e contrapesos que não permite que essas coisas prosperem a ponto de ameaçar a eficiência do processo democrático.

O seu comando foi marcado pela moderação em momentos de crise, que foram vários. Como o sr. analisa o período? O que considera sua melhor marca e onde não deu certo? Nós assumimos em fevereiro de 2015 e logo em seguida começou a crise que resultou no impeachment. Começou uma instabilidade, e ao mesmo tempo surgiu a demanda crescente pela tal da intervenção militar.

Intervenção militar constitucional, até hoje não descobri como é que faz isso. Até houve discussões de juristas sobre isso, que o Exército teria um mandato para intervir, e isso foi verbalizado pelo general Mourão, gerando uma pequena crise [em 2015]. Em função dessa pressão, elaboramos diretrizes que transmiti internamente e que passaram a preencher espaço externamente. A conduta seria baseada em três pilares.

Primeiro, a manutenção da estabilidade. Segundo, a legalidade: o Exército jamais agiria fora de preceitos legais, dentro do artigo 142 da Constituição e leis subordinadas.

O terceiro pilar, a legitimidade, que o Exército foi acumulando ao longo dos tempos exatamente pelo posicionamento apolítico. Caso fôssemos empregados, jamais poderíamos ter essa intervenção

interpretada como favorecendo um lado ou outro. Temos imparcialidade.

Os militares da reserva, com muita frequência, têm influência. Foram comandantes, instrutores do pessoal da ativa. Então quando eles se pronunciam, isso muitas vezes repercute interna e externamente. Eu precisei ter o domínio da narrativa. Por isso, às vezes nós éramos mais enfáticos na expressão, sempre no limite para não invadir o espaço de outras instituições.

Eureconheço que houve um episódio em que nós estivemos realmente no limite, que foi aquele tuíte da véspera do voto no Supremo da questão do Lula. Ali, nós conscientemente trabalhamos sabendo que estávamos no limite. Mas sentimos que a coisa poderia fugir ao nosso controle se eu não me expressasse. Porque outras pessoas, militares da reserva e civis identificados conosco, estavam se pronunciando de maneira mais enfática. Me lembro, agente soltou [o post no Twitter] 20h20, no fim do Jornal Nacional, o William Bonner leu a nossa nota.

Aí vieram as críticas. Do pessoal de sempre, mas a relação custo-benefício foi positiva. Alguns me acusaram... de os militares estarem interferindo numa área que não lhes dizia respeito. Mas aí temos a preocupação com a estabilidade, porque o agravamento da situação depois cai no nosso colo. É melhor prevenir do que remediar.

O Exército resistiu a participar mais ativamente devido a questões como a segurança jurídica. Agora, novos governadores usam retórica mais linha-dura e buscam apoio do Exército, indicam militares para a segurança. Como o sr. vê essa militarização? O chamamento de militares para ocupar cargos em outras áreas é uma volta à normalidade. Havia um certo preconceito, um patrulhamento. "Ah, está militarizando", diziam, falavam em fascismo. Eu vejo de forma positiva.

Agora, o nível de gravidade está tão alto que deixou de ser segurança pública e já se transformou numa questão de segurança nacional. Mais de 60 mil pessoas assassinadas por ano, todos os indicadores, o narcotráfico, o crescimento das organizações criminosas, isso tem de ser tratado com abrangência.

Naturalmente, de acordo com o que a Constituição prevê, os militares inexoravelmente terão de participar desse esforço nacional. Quer como protagonistas, quer como coadjuvantes. Vai ter de participar. O que nos preocupa é que, na maioria das situações, o pessoal considera que, em empregando as Forças Armadas, está resolvido.

Elas são o meio que dá condições para que outros setores, mais pertinentes, inclusive a política, venham a atuar e alterar a realidade de vida em determinadas regiões onde há o ambiente físico e de valores extremamente propício para a proliferação da doença.

Infelizmente, isso não é encarado assim. Eu acompanhei no comando a intervenção na favela da Maré. Ficamos lá 14 meses, gastamos R\$ 1 milhão por dia. Houve períodos em que a prefeitura nem o lixo recolhia. As Unidades de Polícia Pacificadora não foram instaladas. O ambiente era horrível. Uma semana depois de termos saído de lá, tudo tinha voltado ao que era antes.

Acaba sendo inócuo. Esse tipo de atuação é como o que ocorre em forças de paz da ONU. As forças estão lá para criar condições para a reconstrução, mas se a ONU não atua com a ênfase necessária... Nós saímos do Haiti e aquilo está em efervescência de novo.

E a intervenção no Rio? Vamos deixar um legado. O problema é falta de gestão, mais do que de recurso.

Rafaela
Vê cores
em
múltiplos
idiomas



Ensino de alemão e inglês desde o Portinho

Hoje, Rafaela aprende a se expressar em português, alemão e inglês porque ela verá um amanhã ainda mais colorido pelas culturas do mundo.

Os vários talentos de cada estudante encontram aqui espaço para se desenvolverem. Olhar para os idiomas nos faz enxergar novos aprendizados. Olhar para cada estudante nos faz criar novos caminhos para o seu futuro.

COLÉGIO VISCONDE DE
Porto Seguro
140 ANOS
MÚLTIPLOS TALENTOS
INSPIRANDO FUTUROS ÚNICOS